



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**  
**2024**

**Março/2025**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CEFOR**  
**RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 2024**

**SUMÁRIO**

1. INTRODUÇÃO.....	3
DADOS DA INSTITUIÇÃO .....	3
DESTAQUES 2024.....	3
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL .....	5
2. INDICADORES.....	13
ENSINO .....	13
PESQUISA .....	17
EXTENSÃO .....	18



## 1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo sintetizar e apresentar os resultados do processo de autoavaliação institucional estabelecido pelo Programa de Pós-Graduação (PPG) do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), escola de governo vinculada à Câmara dos Deputados. O processo de autoavaliação visa promover a melhoria contínua da qualidade e o incremento da eficácia institucional, acadêmica e social do Programa.

## DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Escola de Governo: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados.

Código da IES: 201207891

Caracterização de IES: Instituição Pública Federal – Escola de Governo

Estado: DF Município: Brasília

Atos do credenciamento:

- Portaria MEC nº 51, de 11/1/2005 (credenciamento lato sensu por 5 anos)
- Portaria MEC nº 666, de 22/5/2017 (credenciamento lato sensu por 8 anos)
- Portaria MEC nº 1331, de 8/11/2012, e Portaria MEC nº 609, de 14/3/2019 (credenciamento stricto sensu).

Gestores responsáveis: Mariana Barros Barreiras (Diretora do Cefor) e Fabiano Peruzzo Schwartz (Coordenador do Programa de Pós-Graduação).

Endereço eletrônico: [www.camara.leg.br/posgraduacao](http://www.camara.leg.br/posgraduacao)

E-mail: [copos.cefor@camara.leg.br](mailto:copos.cefor@camara.leg.br)

## DESTAQUES 2024

O Programa de Pós-Graduação (PPG) continua em etapa de revisão de sua estrutura curricular em relação aos cursos de lato e stricto sensu. Em 2018, a Resolução do Ministério da Educação CNE/CES nº 1 priorizou diretrizes mais abrangentes, criando novas perspectivas de cursos lato sensu. Entre as alterações, merece destaque a formalização da possibilidade de os programas stricto sensu converterem em certificado de especialização os créditos de disciplinas cursadas no mestrado, mediante o cumprimento de requisitos estabelecidos em regulamento.

Desde 2019, o Programa de Pós-Graduação vem reestruturando processos de trabalho de forma a atender crescentes demandas acadêmicas com mais agilidade e eficiência. Há, nesse contexto, a previsão de oferta contínua de curso de especialização, com alcance, inclusive, para o público externo. Dessa forma, é possível atender aos anseios da sociedade e cumprir os objetivos institucionais de desenvolvimento e educação em nível de pós-graduação com melhor aproveitamento e economia de recursos, em consonância com a proposta de reforma administrativa em curso na Câmara dos Deputados.

O Plano Estratégico do Programa, estabelecido para o período 2021-2024, foi avaliado e revisto ano a ano, adequando-se aos desafios do cenário institucional e às demandas da sociedade.

Em 2024, destacam-se as seguintes ações nas vertentes de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo Programa:



- Consolidação do uso da plataforma Eleve (ambiente Moodle de aprendizagem dos cursos a distância da Câmara dos Deputados). O acesso via Eleve às disciplinas unifica o caminho para entrada nas aulas, eliminando a necessidade de divulgação de links de acesso, e possibilita o controle e a consulta de frequências e notas das disciplinas. Também é oferecido a docentes e discentes o uso de recursos disponíveis na plataforma, como registro de frequência, repositório de conteúdo, comunicação entre professor e aluno e canal para envio e correção de trabalhos.
- Fortalecimento do canal do aluno para atendimento pessoal, com o objetivo de estreitar o contato com os discentes do MPPL, acompanhar de forma mais personalizada e eficiente cada aluno e reduzir o número de problemas que demandem solução complexa ou acabem em desistência do curso. Após a pandemia da Covid-19, a Coordenação percebeu a necessidade de retomar o contato mais humanizado com os discentes do Programa, reforçando a rede de contatos e o entendimento sobre práticas esperadas dos discentes.
- Entrada em produção do SisCopos, sistema próprio de gestão acadêmica desenvolvido internamente que automatiza o registro e controle de alunos regulares e especiais, professores e disciplinas.
- Consolidação do uso dos modelos de elaboração de artigos para a revista E-Legis e de elaboração de TCCs para o Mestrado Profissional em Poder Legislativo com a utilização do software LaTeX na plataforma Overleaf, com grande melhoria no atendimento às normas da ABNT e na estética dos documentos, garantindo a desejável padronização nessas publicações.
- Realização das bancas de qualificação e defesa do Mestrado na opção remota, presencial ou híbrida, sendo que, por escolha dos componentes, podem ser realizadas na modalidade virtual. Demais atividades do Programa, como aulas abertas e eventos de circulação do conhecimento, também foram realizados nas modalidades virtual, presencial ou híbrida.
- Realização de 21 bancas de qualificação e de 22 bancas de defesa de trabalhos de conclusão do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, com a consequente formação de mestres na área de concentração do curso que constitui a pluralidade do saber e do fazer legislativo. Foram 7 defesas de alunos servidores da Câmara dos Deputados (32%), 7 defesas de alunos do Senado (32%) e 8 de alunos externos, incluindo um aluno da Assembleia Legislativa de Sergipe e um da CGU (36%).
- Em 2024, ao completar onze anos de oferta da primeira turma, o Mestrado Profissional em Poder Legislativo alcançou 164 mestres formados, sendo 111 (68%) servidores da Câmara dos Deputados e 53 (32%) atuantes em diversas instituições públicas e privadas.
- Realização de processo seletivo para aluno regular do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, com adequação da distribuição de orientandos por docente e definição de temáticas apropriadas para os projetos de pesquisa, de forma a considerar o perfil do corpo docente, a aplicabilidade dos trabalhos produzidos e os respectivos impactos regional e institucional. O processo contemplou a destinação de 70% das vagas para servidores da Câmara dos Deputados, fomentando o cumprimento da missão do PPG. Foram oferecidas inicialmente 24 vagas, com 78 inscritos. Ao final, a turma 2025 do Mestrado ficou composta por 17 alunos regulares.
- Quantidade de 223 matrículas de alunos especiais nas disciplinas optativas oferecidas pelo Mestrado em 2024. A participação de servidores da Câmara dos Deputados foi superior à de alunos externos, alcançando 54% do total.
- Realização de intercâmbios em variados níveis com instituições estrangeiras, como colaborações com a SciencePo (França), SOAS/University of London e o projeto europeu Ethnography of Parliaments. Essas ações fortalecem a internacionalização do Programa, ampliam a articulação com instituições de prestígio e contribuem para o avanço dos estudos legislativos e da governança pública.



- Elaboração de proposta de oferta contínua de curso de especialização EaD autoinstrucional em duas áreas de concentração: Processo Legislativo e Gestão Legislativa, com 400h cada. O objetivo é desenvolver continuamente competências profissionais relacionadas ao Poder Legislativo, em níveis complementares e de acordo com a área de concentração escolhida, visando promover atuação qualificada na Câmara dos Deputados.

## PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

---

### MISSÃO

O Programa de Pós-Graduação do Cefor tem como missão preparar profissionais no campo dos estudos legislativos, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, na forma presencial ou a distância, nos níveis *lato sensu* e *stricto sensu*, visando ao fortalecimento institucional do Poder Legislativo.

### ATRIBUIÇÕES

- Promover a formação e a qualificação de pessoas nas áreas do saber legislativo, no nível de pós-graduação.
- Desenvolver ações educativas sobre assuntos de natureza acadêmico-científica dentro do seu campo de estudo.
- Planejar, executar e avaliar cursos de pós-graduação, atividades de pesquisa, eventos de divulgação científica e ações de extensão.
- Fomentar e disseminar a produção acadêmica de alunos, professores e pesquisadores.

### ATUAÇÃO ACADÊMICA

Para cumprir sua missão e suas atribuições, o Programa de Pós-Graduação possui orientação para os eixos de ensino, pesquisa e extensão, que constituem vertentes integradas e complementares de atuação. Oferece ampla gama de cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) voltados ao público interno, ao servidor público de todas as esferas e à sociedade em geral. Apresenta forte atuação em pesquisa, por meio de Grupos de Pesquisa e Extensão que congregam docentes, discentes e pesquisadores internos e externos. Na vertente da extensão, é relevante a atuação na promoção de eventos de circulação do conhecimento, como as Jornadas de Pesquisa e Extensão, o Ciclo de Palestras e o Ciclo de Oficinas, bem como em publicações em periódicos científicos, com destaque para a Revista E-Legis, do Programa, classificada com Qualis A4 na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

### DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

O Programa de Pós-Graduação tem vocação abrangente e seus impactos institucionais, pela natureza da atividade legislativa, se constituem em contribuições para políticas públicas e estratégias corporativas na esfera federal, com desdobramentos nos âmbitos estadual, municipal e internacional. Para concretizar essa vocação, foram definidas as seguintes diretrizes:

- a) Formação avançada de recursos humanos.
- b) Inovação como meio de promover mudanças e colaboração em ações de ensino, pesquisa e extensão.
- c) Foco na relevância econômica e social da produção científica.
- d) Suporte à concepção, monitoramento e avaliação de políticas públicas.



- e) Avaliação sistemática das ações de ensino, pesquisa e extensão.
- f) Inserção nacional e internacionalização.
- g) Alinhamento às diretrizes estratégicas institucionais.

O Plano Estratégico do Programa de Pós-Graduação do Cefor, período 2021-2024, está disponibilizado na página (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>).

## AÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Pós-Graduação tem vinculação orgânico-institucional direta com o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), órgão de desenvolvimento de pessoas da mantenedora Câmara dos Deputados. Em decorrência, mantém escopo de atuação consistente com as atribuições constitucionais da Instituição, especificamente seus processos legislativos e administrativos. O foco é a formação superior de profissionais com habilidades e competências necessárias à análise crítica dos diversos aspectos do Poder Legislativo, capazes de apresentar contribuições para o aprimoramento das funções da Câmara dos Deputados e demais casas legislativas, sobretudo aquelas ligadas ao fortalecimento da democracia e do exercício da cidadania.

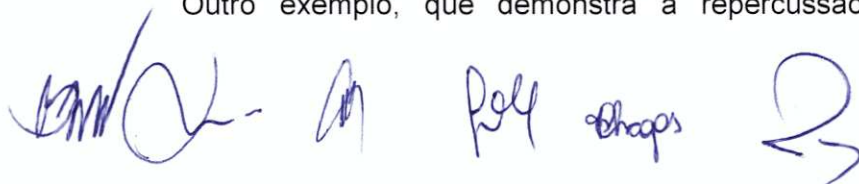
O Programa instala-se em edifício próprio do Cefor, que apresenta condições adequadas e bom nível de acessibilidade para realização de suas atividades, com espaços e equipamentos preparados para atendimento à comunidade acadêmica. Compartilha sinergicamente dos recursos e instalações da Câmara dos Deputados, usufruindo principalmente dos espaços de atuação política e da biblioteca, que possui elevado nível de serviços e volumoso acervo.

## INSERÇÃO SOCIAL

O Programa de Pós-Graduação, por suas características próprias, configura-se como espaço privilegiado de produção e disseminação do conhecimento inerente ao Poder Legislativo, atuando sistematicamente na educação legislativa continuada como um processo de desenvolvimento pessoal, de preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania. As ações de educação, pesquisa e extensão contribuem para trazer à reflexão questões relativas à agenda do Legislativo, aos anseios e à participação da sociedade, à transparência e fiscalização dos atos públicos, à qualidade das leis, à educação política e ao aperfeiçoamento da gestão, entre outras.

A comunidade acadêmica do Programa participa ativamente da atividade política, acarretando repercussões na sociedade. Os discentes, em sua maioria, atuam em diversas áreas do Poder Legislativo, levando os conhecimentos adquiridos e discutidos no âmbito acadêmico para a administração das casas legislativas, gabinetes parlamentares, consultorias legislativas, imprensa, sociedade civil organizada, dentre outros. Egressos do Programa, por exemplo, assumem posições de liderança na Câmara dos Deputados e em outros órgãos.

Ainda com foco na criação de produtos voltados ao aperfeiçoamento do Poder Legislativo e ao desenvolvimento da sociedade, o Programa de Pós-Graduação passou a adotar diversas modalidades de trabalhos de conclusão de curso para o Mestrado Profissional em Poder Legislativo, além da tradicional dissertação. Nesse sentido, desenvolveu um "Guia de modalidades de TCC" com o objetivo de esclarecer e fomentar a prática dos diferentes formatos permitidos pela Capes para mestrados profissionais, que possam gerar resultados mais efetivos para a Instituição. A intenção é incentivar discentes e docentes a apresentarem formatos diferenciados, como *softwares*, materiais didáticos e até Projetos de Lei (categorizado como projeto técnico). Essa iniciativa despertou maior interesse na diversificação das pesquisas e do produto final do curso, como, por exemplo, o robô digital Ulysses que usa inteligência artificial para a tradução de textos legislativos. Outro exemplo, que demonstra a repercussão em âmbito nacional das pesquisas





desenvolvidas, é o trabalho intitulado “Regimento Interno da Câmara Municipal de Tangará da Serra comentado”, que analisa, comenta e sugere melhorias ao texto legal.

Uma forma bastante efetiva de inserção local, regional e nacional, que apresenta crescimento ano a ano, é a oferta de vagas nas disciplinas do Mestrado a alunos especiais, num espectro de temáticas que abrange a administração pública e práticas de gestão no Legislativo, passam pela avaliação de políticas públicas e pela teoria política com aplicação ao Legislativo, alcançando a democracia digital e formas de integração entre o parlamento e a sociedade. Pode se candidatar a aluno especial qualquer cidadão brasileiro ou estrangeiro com diploma de nível superior, podendo cursar gratuitamente as disciplinas optativas que dispuserem de vagas não preenchidas por alunos regulares. Nos últimos anos o Mestrado superou sucessivos recordes de inscrições de alunos especiais. Em 2024, 223 alunos da Câmara dos Deputados, do Senado, de outros órgãos públicos e da comunidade em geral se matricularam nas disciplinas oferecidas.

#### Parcerias estratégicas

A perspectiva de inserção social do Programa se reforçou em 2024 com a continuidade das ações de parceria com escolas de governo, tais como o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado Federal, e o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), do Tribunal de Contas da União (TCU). São parcerias históricas que, ao longo dos anos, produziram diversas ações de treinamento, desenvolvimento e educação voltadas para o público alvo dessas instituições.

No contexto histórico das parcerias, merece destaque o acordo de cooperação firmado entre Câmara dos Deputados, Senado Federal, Tribunal de Contas da União e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent (ILANUD), para a promoção, entre 2018 e 2019, do primeiro Curso de Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, dirigido a servidores do Poder Legislativo e de outros órgãos públicos do país.

Acordos de cooperação técnico-científica, cultural e educacional envolvendo a Câmara dos Deputados e as instituições Senado Federal, TCU, Presidência da República, CLDF, Escola de Administração Fazendária (ESAF), Polícia Civil do DF, Ministério Público do DF, Confederação Nacional da Indústria, Conselho Nacional do Ministério Público, Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP e Instituto Presbiteriano Mackenzie visaram, de forma geral, o intercâmbio de conhecimentos, informações, experiências, instalações e tecnologias para o desenvolvimento de recursos humanos. Parceria com o IESP-UERJ permitiu a realização, entre 2014 e 2018, do Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter), com titulação de 13 servidores efetivos da Câmara dos Deputados.

Vários outros acordos para promoção de cooperação educacional e técnico-científica foram celebrados, como o estabelecido com a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), com organizações do terceiro setor e outras instituições. Em 2020, parceria firmada com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) possibilitou ao Programa colaborar com a instituição para promoção de estudos em políticas públicas e fomento da produção de conteúdo no meio acadêmico, com vistas a contribuir para o desenvolvimento e planejamento de ações estratégicas para os gestores públicos.

Como resultado das tratativas em curso desde 2018 entre a Coordenação de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados e a Universidade de Salamanca, na Espanha, as duas instituições acordaram, em 2020, protocolo de cooperação técnico-científica em atividades de ensino, pesquisa e extensão, com assinatura do acordo realizada em 2021. Dessa forma, abre-se caminho para estabelecer a cooperação e a colaboração em projetos conjuntos de pesquisa, execução de programas de intercâmbio e de desenvolvimento profissional, oportunidades de ensino e aprendizagem conjuntos, visitas de pesquisa e atividades de extensão. Espera-se que a parceria avance no sentido da oferta futura de cursos e disciplinas bilíngues, ação que faz parte do planejamento do Programa.





Nos mesmos termos estabelecidos com a Universidade de Salamanca, firmou-se acordo com a *American University*, sediada no centro político e de poder dos Estados Unidos, Washington - DC, reconhecidamente ligada a temas relacionados à Ciência Política e Administração Pública.

A docente Cristiane Brum Bernardes integra, desde 2019, a equipe da pesquisa “*A Global Comparative Ethnography of Parliaments, Politicians and People: representation, relationships and ruptures (EoPPP)*” (<https://grnpp.org/ethnographies-of-parliaments/>), liderada por Emma Crewe (SOAS/University of London) e cujo financiamento é feito por meio do programa de pesquisa e inovação *European Union's Horizon 2020* do *European Research Council* (Acordo nº 8349986). A pesquisa abrange coleta e análise de dados em seis países (Brasil, Estados Unidos, Etiópia, Fiji, Índia e Reino Unido) e tem uma equipe composta por pesquisadores brasileiros, britânicos, indianos e etíopes.

A busca por cooperação com instituições e pesquisadores estrangeiros também foi promovida por discentes. O aluno Gustavo Machado Pires foi convidado pelo *College of Liberal Arts and Sciences da Villanova University* (EUA) para atuar como *Visiting Scholar* no Departamento de Ciência Política da instituição. Já o discente Paulo Stanich Neto, que pesquisa instrumentos para garantir a efetiva consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas no trâmite das proposições legislativas no Congresso Nacional, foi recebido no Centro de Estudos Sami, da Universidade Ártica da Noruega (UiT) - Campus de Tromsø, como *Visiting Scholar*, entre agosto e outubro de 2022.

O Cefor participa da Rede Nacional de Escolas de Governo, cujo objetivo é aumentar a eficácia dessas instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e nos três poderes, ao tempo em que busca incentivar o compartilhamento de conhecimentos e trabalhos em parceria. Participa, também, do Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU), que reúne escolas de órgãos como Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), Universidade do Banco Central (Unibacen) etc. Essa parceria, formalizada em protocolo de cooperação específico, permite a promoção conjunta de eventos, participação em projetos de pesquisa coletivos e outras ações.

#### Educação para a democracia

A Coordenação de Educação para a Democracia – Coede, da Escola da Câmara dos Deputados, desenvolve programas educativos, conteúdos digitais e concursos pedagógicos que abordam o funcionamento do Poder Legislativo, além de temas como política, democracia e cidadania, voltados a todos os cidadãos e também aos entes legislativos locais.

Os programas educativos são organizados conforme as características do público-alvo. Para o público infanto-juvenil, há os programas Câmara Mirim e Eleitor Mirim. Para universitários, o Estágio-Visita de Curta Duração. E, para a sociedade civil organizada, o Programa Oficina de Atuação no Parlamento.

Os conteúdos digitais são disponibilizados em dois portais, que também consideram o perfil do público. O Plenarinho (<https://plenarinho.leg.br/>) é voltado a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, pais e professores. Com linguagem acessível e lúdica, reúne conteúdos audiovisuais, jogos educativos e revistinhas, além de planos de aula e notícias. Outros temas sociais e educativos ligados ao cotidiano infantil também são abordados, como saúde, meio ambiente, educação e lazer. Já o Portal EVC – onde educação vira cidadania (<https://evc.camara.leg.br/>) – oferece recursos educacionais para jovens e adultos, incluindo professores, organizados em trilhas de aprendizagem para quem quer ENTENDER a política, ATUAR na política e EDUCAR para a cidadania. É uma plataforma educativa com navegação interativa, fluida e totalmente acessível a pessoas com deficiência visual e auditiva. Nela, são trabalhados temas como: “Inclusão, educação e trabalho”; “O papel das

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



leis”; “Participação política”; e “Como criar uma Procuradoria da Mulher nas Casas Legislativas”.

Para o segmento infanto-juvenil, também são promovidos concursos pedagógicos como o “Eu e a Lei”, que incentiva a produção de obras radiofônicas com temáticas relacionadas às leis, além de outros concursos que celebram datas comemorativas, como o aniversário da Constituição Federal.

#### Educação a distância

Os professores e alunos contam com o apoio da Coordenação de Tecnologias Educacionais e Comunicação – Cotec, da Escola da Câmara dos Deputados, que disponibiliza a plataforma Eleve (ambiente customizado do Moodle) como apoio também às atividades presenciais (<https://educacaoadistancia.camara.leg.br/site/>). A Eleve tem atualmente 87.908 usuários cadastrados e passa por constante atualizações de versões e plug-ins.

Estão disponíveis recursos como sala virtual, biblioteca digital que suporta conteúdos em texto, áudio e vídeo; wikis, blogs, cadernos/livros virtuais, etc, possibilitando interações síncronas (por webconferências e/ou chats) e/ou assíncronas (por meio de fóruns e mensagens). Por meio do Moodle, os alunos e professores têm acesso a cursos e programas autoinstrucionais ou com tutoria que abordam temas transversais ao conteúdo do Mestrado e das especializações, como Administração do Tempo, Técnica Legislativa, Estudo Técnico Preliminar para aquisições, Gestão de Projetos, Cerimonial e Protocolo Parlamentar, Reuniões Produtivas, Atendimento ao Público, Papel do Legislativo, Papel do Cidadão, Educação Financeira, Fundamentos de Processo Legislativo, Sistema Lexor, Fundamentos do Orçamento Público, Leitura Atenta-Escrita Precisa, entre outros. Especificamente em relação ao Programa de Pós-Graduação, a plataforma é utilizada para apoio às aulas como e realização de provas discursivas do processo seletivo (principalmente para alunos regulares do Mestrado), bem como para repositório organizador de materiais didáticos e eventuais interações entre alunos-professores e alunos-alunos.

O canal do Youtube da Escola da Câmara (<https://www.youtube.com/EscoladaCamara>) tem 34.900 inscritos, com acréscimo de 6.000 inscrições em 2024. Possui uma Playlist exclusiva para conteúdos acadêmicos, lives e vídeos relacionados diretamente ao Programa de Pós-Graduação. Esse conteúdo específico contabiliza 9.650 visualizações, distribuídos em 37 vídeos. Até o momento, o canal do Youtube do Cefor tem 732 vídeos organizados em 59 Playlists e, ainda os vídeos-solo. O Canal criou programas de Podcast que dialogam com matérias de todos os cursos do Cefor, inclusive da Pós-Graduação. São eles o Educast com conteúdos instrumentais sobre a práxis dentro do parlamento; o Português é Preciso, com dicas e pílulas de conhecimento rápidas e objetivas sobre o uso do nosso idioma em situações reais no trabalho legislativo. O Canal ainda conta com Ainda temos os Shorts (hoje são 118) que cumprem o papel de comunicar conceitos e informações educativas em até 3 minutos.

Nesses ambientes virtuais de aprendizagem podem ser encontrados cursos (de curta, média e longa duração), trilhas (textos e vídeos), fluxogramas, animações, aulas, palestras, eventos, lives, pdf-interativos, HQs, vídeos etc.

#### INFRAESTRUTURA

##### Instalações físicas

O Cefor está localizado no Complexo Avançado da Câmara dos Deputados, com acesso facilitado por um serviço de transporte gratuito e regular, que realiza o percurso até o Edifício Principal, na Esplanada dos Ministérios, em aproximadamente 10 minutos. O prédio foi desenvolvido para oferecer um ambiente adequado ao ensino e aprendizado, atendendo a educandos, educadores, servidores e demais cidadãos. Para a Pós-Graduação, estão disponíveis cinco salas de aula, todas equipadas com quadro branco, projetor multimídia, computador para o docente e ar-condicionado. A distribuição das salas inclui uma com



capacidade para 35 alunos, três com 30 lugares e uma para grupos menores, com 12 discentes. O Cefor também conta com dois laboratórios de informática, cada um com capacidade para 24 alunos, equipados com projetor multimídia, impressora e computadores conectados à internet via banda larga da Câmara dos Deputados. Os laboratórios possuem softwares essenciais para a formação acadêmica, incluindo Microsoft Office 365, R, RStudio, XMind, CorelDraw (Adobe) e Zoom. Além disso, três salas de aula e os dois laboratórios foram equipados com televisores, câmeras e microfones, permitindo a realização de atividades em formato híbrido (presencial e remoto). Todo o prédio conta com acesso à internet via rede wireless, disponível para servidores e visitantes.

O Cefor dispõe ainda de um auditório com capacidade para 122 lugares, equipado com recursos audiovisuais e sistema de teleconferência, e um estúdio de vídeo, projetado para a produção de conteúdos institucionais e instrucionais, contribuindo para as atividades de ensino. Além desses espaços, há uma sala multiuso, utilizada para reuniões, cursos e atividades que demandem metodologias colaborativas e inovadoras. Com um design versátil e adaptável, o mobiliário das salas permite configurações flexíveis, adequando-se às diferentes necessidades pedagógicas. Os ambientes são equipados com computadores e estrutura para estudos individuais, orientação de alunos da pós-graduação e interações entre grupos de pesquisa. Essas instalações garantem um ambiente acadêmico moderno e tecnologicamente preparado para apoiar as atividades do Programa, fortalecendo a infraestrutura educacional da Câmara dos Deputados.

O prédio do Cefor conta ainda com caixa eletrônico, sistema de segurança com câmeras de vídeo, foyer para realização de coquetéis e confraternizações, área de convivência com 160 m<sup>2</sup>, ao ar livre, iluminado e climatizado com cascata, para a realização de atividades como reuniões, oficinas, socialização e integração. O Cefor dispõe de dois geradores de energia elétrica, cada um com potência de 750 kVA, capacidade para 1.100 litros de combustível (óleo diesel), com autonomia de 30 horas. Há também uma lanchonete escola do SENAC que oferece alimentação completa para café da manhã, almoço e lanches, além de copa/refeitório com 30 lugares. Possui, também, um setor de reprografia com máquinas para produção de grandes volumes de material. Em caso de necessidade, pode-se recorrer à Gráfica da Câmara dos Deputados, que tem condições de fornecer serviços gráficos com mais recursos.

Como órgão integrante da estrutura da Câmara dos Deputados, o Cefor conta com toda a infraestrutura da Casa, que abrange uma área total superior a 150.000 m<sup>2</sup> de área construída com auditórios de múltiplos tamanhos (em destaque o Auditório Nereu Ramos, com mais de 300 lugares), salas diferenciadas, espaços de convivência, restaurantes, lanchonetes, etc. Destacam-se os serviços de Eventos e Cerimonial, de Áudio e Vídeo, de tradução simultânea e de linguagem de sinais (LIBRAS) que dão suporte aos eventos de maior porte do Cefor, e o apoio da Secretaria de Comunicação Social, que com os veículos de rádio, TV e jornalismo contribuem para a disseminação de informações para a comunidade.

A Coordenação de Pós-Graduação, com onze servidores efetivos e um estagiário, funciona em três salas no Cefor, totalizando 72 m<sup>2</sup>. Estão disponíveis, para atendimento à comunidade acadêmica e para uso administrativo, 14 microcomputadores, uma TV 32", duas impressoras laser, sendo uma com impressão colorida, ambas com recursos de digitalização de documentos. Todos os computadores estão conectados à Internet pelo sistema banda larga da Câmara dos Deputados. A gestão acadêmica é realizada por meio do sistema SisCopos, desenvolvido internamente.

Para melhor acesso da comunidade acadêmica e da sociedade, o Programa de Pós-Graduação reformulou seu site ([www.camara.leg.br/posgraduacao](http://www.camara.leg.br/posgraduacao)), e mantém constante atualização de informações. A página, hospedada no portal da Câmara dos Deputados, passou por reestruturação com o objetivo de organizar as seções de acordo com os interesses dos públicos-alvo, facilitar o acesso a documentos e informações relevantes e informar sobre as atividades desenvolvidas no Programa. O portal tem acessos para os cursos, pesquisa acadêmica, publicações (revista eletrônica E-Legis e livros editados),

*André L. A. Felfel Thiago*



eventos, avaliação institucional, normas e regulamentos, além de links de interesse e formas de contato.

## Biblioteca

A Biblioteca Pedro Aleixo (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/biblioteca>) integra o Centro de Documentação e Informação (CEDI) e tem como principal função subsidiar as atividades legislativas e administrativas dos membros e servidores da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Possui acervo aproximado de 200.000 volumes e 2.060 títulos de revistas especializadas, com foco em Ciência Política, Ciências Sociais, Direito, Economia e Administração Pública. No tocante a alunos, professores e pesquisadores, a biblioteca disponibiliza textos científicos e livros, inclusive por meio de novas aquisições, demandados nos planos de curso das disciplinas dos cursos de especialização e do Mestrado e nos projetos dos grupos de pesquisa. Ressalta-se que pesquisadores, discentes e docentes do Programa possuem direito ao dobro do prazo e da quantidade de livros por empréstimo em relação aos demais servidores da Câmara dos Deputados. A utilização e o empréstimo do acervo da Biblioteca é de uso exclusivo dos servidores da Casa, entretanto, aos discentes dos cursos realizados pelo Programa que não pertencem ao quadro de servidores é concedida autorização para utilização como os demais servidores.

A biblioteca é depositária das publicações editadas pela Câmara dos Deputados, pela Organização das Nações Unidas - ONU e suas agências, incluindo as editadas no Brasil pela UNESCO, pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Possui também valioso acervo de obras raras, totalizando aproximadamente 4.700 volumes, consistindo em pós-incunábulo, livros raros em sua primeira edição, livros esgotados, livros de editores famosos, periódicos valiosos, Coleção das Leis do Brasil, Coleção de Diários Oficiais que, iniciada em 1862, estende-se até 1899, e exemplares da legislação portuguesa e da legislação estadual brasileira.

Além das bases de dados existentes, a Câmara dos Deputados dispõe de acesso ao Portal de Periódicos da Capes, Proquest, ABNT, entre outros, e também à Rede Virtual de Bibliotecas (Rede RVBI), que agrega de forma cooperativa recursos bibliográficos, materiais e humanos de doze bibliotecas públicas: Advocacia-Geral da União, Câmara Legislativa do DF, Ministério da Justiça, Procuradoria-Geral da República, Senado Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas do DF, Tribunal de Justiça do DF, Tribunal Superior do Trabalho e a própria Câmara dos Deputados. Periodicamente, são oferecidos treinamentos de acesso e utilização das bases de dados pelos servidores do CEDI aos discentes e docentes do PPG-Cefor.

O CEDI dispõe, também, de serviço de pesquisa sobre proposições e processo legislativo (legislação), atuação parlamentar (livros e artigos) e documentos das constituintes, fornecendo a servidores da Casa e alunos do PPG-Cefor, quando solicitado, cópias de artigos e trechos de livros, respeitados os limites estabelecidos em normas específicas.

## Edições Câmara

A Edições Câmara é uma editora mantida pela Câmara dos Deputados com missão de publicar livros que contribuam para a promoção da cidadania e o fortalecimento da democracia. A editora tem por valores o design social e o cuidado no tratamento editorial, com o objetivo de proporcionar meios para que se alcance a mudança social positiva. Suas linhas editoriais compreendem temas relacionados ao Poder Legislativo, estudos e debates sobre o Parlamento, cidadania, ciência política, direito e história, dentre outros, bem como publicações de caráter administrativo da Câmara dos Deputados. As produções de caráter acadêmico passam por avaliação de comitê editorial que verifica sua adesão às linhas editoriais e ao rigor do método científico. Trata-se, portanto, de suporte externo ao Programa, que encontra na editora um locus para publicações de qualidade pertinentes à área de concentração e às linhas de pesquisa. No quadriênio, obras autorais, capítulos e





livros organizados por docentes e discentes foram financiados pela Edições Câmara, como “Declaração Universal dos Direitos Humanos Comentada”, “Mulheres e lobby no Parlamento brasileiro”, “Anais da XIII Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados: Parlamento e Inovação”, “O futuro da TV: 25 anos da TV Câmara”, “Lei Fácil Violência Contra a Mulher” e “200 termos para entender Direitos Humanos”, entre outros (publicações disponíveis em <https://livraria.camara.leg.br/>).

### AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Os procedimentos e instrumentos adotados pelo Programa fazem parte do conjunto de ações da Política de Autoavaliação instituída e seguem os critérios estabelecidos pelo INEP para avaliação de escolas de governo com vistas à oferta de cursos de especialização e pela Capes para avaliação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo. Esse modelo tem sido desenvolvido, aplicado e aperfeiçoado desde 2005, quando as primeiras ações iniciaram pelo levantamento dos perfis das turmas e avaliação das disciplinas. Atualmente são realizadas as seguintes etapas: avaliação de disciplinas, avaliação de egressos, avaliação de impacto e adequação dos TCCs, avaliação da produção docente e discente, e escuta exploratória.

- Avaliação de disciplinas é realizada com base em três dimensões de avaliação: autoavaliação do aluno, avaliação da disciplina e avaliação da atuação do docente. Os resultados são monitorados pela Coordenação e comparados com as avaliações de semestres anteriores. Variações bruscas no desempenho dos docentes ou nos itens de qualidade da disciplina são objeto de reunião com os respectivos professores para a tomada de ações corretivas.
- Avaliação de egressos é baseada em sistemática de escuta de alunos egressos sobre o processo formativo, consistindo em cinco ações estruturantes:
  - realização de survey a cada dois anos com os egressos;
  - criação de perfil institucional na rede social LinkedIn;
  - promoção de encontros anuais (evento AMPLIAR) para a reunião de egressos, docentes, alunos regulares e especiais;
  - estímulo à atualização do currículo Lattes dos egressos por chamado direcionado e envio do Extrato Lattes.
- Avaliação de impacto e adequação dos TCCs baseia-se na premissa de que o TCC é produto do esforço conjunto de docentes e discentes e representa uma combinação dos interesses de ambos, que deve guardar coerência com a proposta, missão e objetivos do Programa, bem como da Instituição. No contexto da autoavaliação são consideradas duas abordagens: a primeira, interna ao Programa, baseada na elaboração de relatórios técnicos de análise dos TCCs, observando-se a relação de cada TCC com a respectiva linha de pesquisa e orientador, bem como o rol de temáticas estudadas; a segunda, externa ao Programa, baseada na avaliação de impacto e relevância do TCC para a Instituição e para a sociedade a partir da aplicação, a gestores da Câmara dos Deputados, de questionário avaliativo.
- Avaliação da produção docente e discente abrange as dimensões da produção técnico-científica, da docência e da orientação. A dinâmica consiste na verificação e pontuação da produção lançada no Currículo Lattes, cujo monitoramento se dá por meio da ferramenta Extrato Lattes, desenvolvida internamente, que consolida os indicadores de desempenho.
- Escuta exploratória tem o objetivo de levantar as diversas visões sobre o Programa, por meio de conversas dirigidas com atores chave que tenham relação específica com a Escola da Câmara, de forma a serem estabelecidas as diretrizes e ações que subsidiam, no início de cada quadriênio, a elaboração do Plano Estratégico.

Nas páginas a seguir são apresentados os indicadores de desempenho relativos às três vertentes de atuação do Programa: ensino, pesquisa e extensão.

## 2. INDICADORES

### ENSINO

A vertente do ensino corresponde à formação de profissionais altamente qualificados para aprofundar e complementar conhecimentos e competências necessárias ao domínio de funções definidas na sua atuação profissional, por meio de cursos de pós-graduação interligando diversas áreas do saber relacionadas às atividades do Legislativo.

São áreas mais notoriamente abrangidas pelos cursos a Ciência Política, o Direito, a Administração Pública e a Comunicação Social. Especificamente no Mestrado Profissional em Poder Legislativo, são estudadas três linhas de pesquisa: 1) Gestão Pública no Poder Legislativo; 2) Processos Políticos do Poder Legislativo; 3) Política Institucional do Poder Legislativo.

Na Tabela 1 são apresentados os principais indicadores da vertente do ensino.

Tabela 1: Principais indicadores - Ensino  
2005 - 2024

Quantidade de cursos/turmas (2005-2024)	45
- Cursos/turmas <i>lato sensu</i>	30
- Cursos/turmas <i>stricto sensu</i>	15
Alunos regulares (2005-2024)	1.094
Egressos dos cursos <i>lato</i> e <i>stricto sensu</i> (2005-2024)	957
Egressos do Mestrado (2013-2024)	164
Alunos especiais (2005-2024)	1.324

Desde o início de suas atividades, em 2005, o Programa vem se estruturando no sentido de oferecer diversas oportunidades de educação legislativa em nível de pós-graduação. São realizados cursos *lato* e *stricto sensu*, que podem ser próprios, em parceria ou contratados, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1: Oferta de Cursos do Programa



*Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.*



Até o final de 2024, o Programa realizou 45 cursos/turmas (considerando novos cursos, edições de cursos já ofertados ou turmas de cursos regulares, como o Mestrado), com entrada de 1.094 alunos regulares. Concluíram seus cursos com aprovação 957 alunos regulares, incluindo 164 mestres formados no Mestrado Profissional em Poder Legislativo. Além desses, houve a entrada de 1.324 alunos especiais, sendo quase a totalidade (99%) no Mestrado.

A Tabela 2 relaciona os cursos realizados, a quantidade de alunos regulares que ingressaram e que concluíram seus cursos, e de alunos especiais.

Tabela 2: Cursos realizados pelo Programa, quantidade de alunos e de egressos  
2005 - 2024

Curso	Regime	Quant. turmas	Quant. alunos regulares	Quant. egressos	Quant. especiais
Mestrado Profissional em Poder Legislativo <i>*3 turmas em andamento</i>	Próprio	12	228	164	1.310
Especialização em Processo Legislativo (PL)	Próprio	6	178	170	-
Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IP)	Próprio	4	111	100	-
Especialização em Política e Representação Parlamentar (PRP)	Próprio	2	59	52	-
Especialização em Legislativo e Políticas Públicas (LPP)	Próprio	1	30	28	-
Especialização em Gestão Pública Legislativa (GPL)	Próprio	1	21	21	-
Especialização em Parlamento e Direito (PD)	Próprio	2	39	30	14
Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL)	Próprio	1	30	27	-
MBA em Governança Legislativa	Próprio	2	57	53	-
Especialização em Orçamento Público (OP)	Parceria	4	113	97	-
Especialização em Auditoria Interna e Controle Governamental (AICG)	Parceria	1	33	33	-
Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos	Parceria	1	38	31	-
Especialização em Avaliação de Políticas Públicas (APP)	Parceria	1	42	42	-
Especialização em Análise Econômica do Direito	Parceria	1	3	3	-
Especialização em Poder Legislativo e Direito Parlamentar	Parceria	1	12	12	-
Especialização em Psicodinâmica do Trabalho	Contratado	1	25	25	-
Especialização em Contabilidade Pública	Contratado	1	30	26	-
Mestrado e Doutorado Interinstitucionais em Ciência Política - IUPERJ	Contratado	2	30	30	-
Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter) – IESP-UERJ	Contratado	1	15	13	-
Total		45	1.094	957	1.324

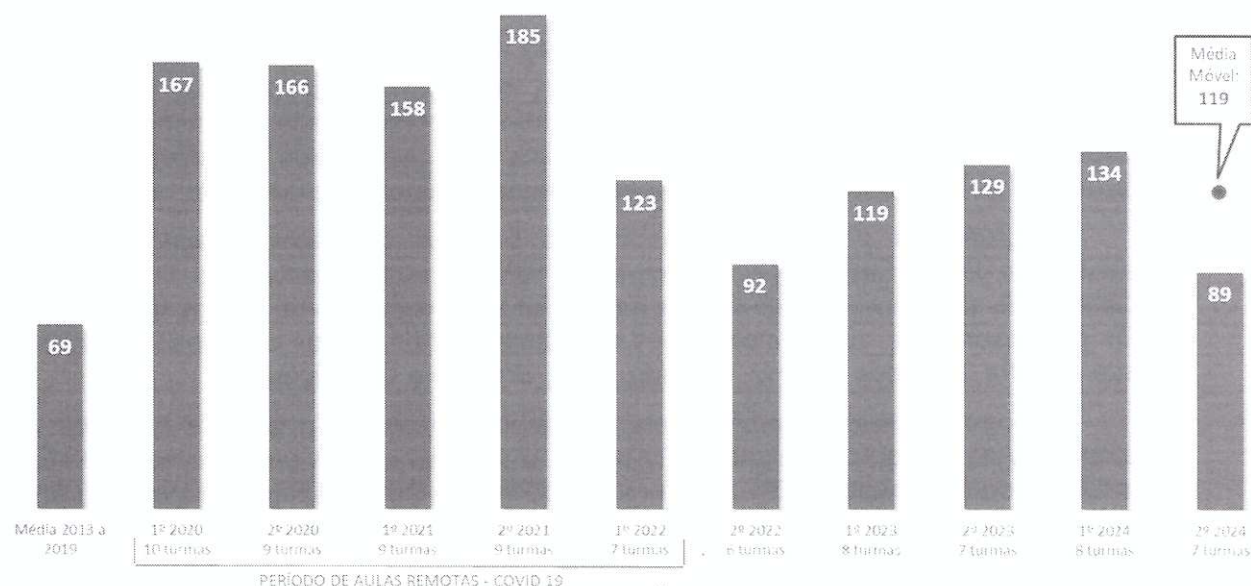
No Mestrado, merece destaque a grande quantidade de alunos especiais matriculados nas disciplinas optativas, especialmente durante o período da pandemia de Covid-19. A média móvel (considerando 4 semestres) é de 130 alunos especiais matriculados por semestre letivo.

Essa modalidade possibilita, ao possível interessado em se tornar aluno regular, conhecer a estrutura do curso, contatar professores e orientadores e acumular créditos para posterior aproveitamento. Além disso, proporciona ao Programa o alcance de um público mais amplo, com a recepção de alunos de diversos segmentos da sociedade.

Com a realização de aulas a distância em decorrência da pandemia da Covid-19, abriu-se a possibilidade, para vários interessados que não residem no DF, de se matricularem e cursarem disciplinas como aluno especial. Nesse período, o Mestrado recebeu alunos de várias casas legislativas e governos estaduais e municipais, assim como de instituições de ensino e de segmentos diversos baseados em outros estados.

A quantidade de matrículas de alunos especiais, por semestre letivo, com a informação da quantidade de disciplinas ofertadas e média móvel de quatro semestres, está apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1: Quantidade de alunos especiais matriculados no Mestrado  
2013 - 2024



A evolução ao longo do tempo, tanto da quantidade de cursos realizados, quanto do número de alunos ingressantes, resultante da regularidade da oferta, sugere que o Programa está consolidado no âmbito da Câmara dos Deputados e que possui atratividade para profissionais que atuam no Poder Legislativo e em outras instâncias de governo, bem como para a sociedade em geral.

*[Assinaturas manuscritas]*



## PERFIL DOS PROFESSORES

Os professores do Programa são, em grande parte, servidores da Câmara dos Deputados que possuem experiência profissional e formação avançada na sua área de atuação. Adicionalmente, o Programa conta com professores externos, oriundos de instituições de ensino e outros órgãos públicos.

O Mestrado Profissional em Poder Legislativo possui quadro de 21 professores, sendo 17 permanentes e 4 colaboradores, que formaram o grupo inicial de constituição do curso ou foram selecionados por meio de processo seletivo interno. Todos são servidores efetivos da Câmara dos Deputados e possuem titulação de doutor ou pós-doutor em diversas áreas, tais como Ciência Política, Ciência da Informação, Sociologia, Direito, entre outras. O conjunto de professores do Mestrado apresenta qualificação coerente com o que é exigido pela Capes, qual seja, corpo docente que combine formação de bom nível com forte expertise profissional e técnica além de inserção na área de atuação.

Um dos pontos fortes do Mestrado é o fato de haver docentes permanentes atuando nas diversas áreas da Casa e em contato direto com os temas relacionados às linhas de pesquisa do curso. A totalidade dos docentes do Mestrado atua e tem experiência em assessoria à instituição Câmara dos Deputados, seja na área de consultoria legislativa, na alta administração da Casa ou em setores ligados às suas áreas de pesquisa e formação. Também possuem vivência em instituições governamentais e não-governamentais e em apoio a associações científicas.

O Programa respeitou a exigência da Área de Ciência Política e Relações Internacionais (CP&RI), que determina um mínimo de 60% de docentes permanentes em programas de mestrado profissional. Essas ações garantiram a continuidade e estabilidade da equipe docente, fortalecendo a qualidade acadêmica e a capacidade do Mestrado de oferecer formação qualificada e alinhada às necessidades institucionais do Poder Legislativo.

No grupo de professores dos cursos próprios de especialização, 81 (82%) são servidores da Câmara dos Deputados e 18 (18%) de outras instituições. Dos professores da Casa, 96% são servidores efetivos e o restante são ocupantes de cargos de livre nomeação. Os professores de outras instituições que atuaram nos cursos de especialização são, em sua maioria, oriundos da UnB, Senado, TCU, Unieuro e do Uniceub.

O Programa valoriza professores que tenham titulação avançada em suas áreas de atuação. Assim, conforme ilustra a Tabela 3, a participação de professores com titulação de mestre e doutor chega a 80% nos cursos próprios de especialização, superando em muito a exigência do MEC para a modalidade lato sensu que é de, pelo menos, 30% de professores com essas titulações.

Tabela 3: Titulação dos professores dos cursos de especialização  
2005 – 2024

Professores da Especialização	Quant.	%	} 80%
Doutor	40	40%	
Mestre	39	40%	
Especialista	20	20%	

Os professores dos cursos de especialização possuem formação diversificada, destacando-se aqueles que obtiveram titulação e especialização em cursos próprios do Programa, especificamente no Mestrado Profissional em Poder Legislativo (2 docentes), no Curso de Especialização em Processo Legislativo – PL (5 docentes) e no Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo – IP (4 docentes).



A vertente da pesquisa consiste em estimular a reflexão, a criação e a sistematização de conhecimento técnico especializado de docentes e discentes no campo do Poder Legislativo, principalmente por meio de pesquisas realizadas a partir dos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs).

### GRUPOS DE PESQUISA E EXTENSÃO (GPEs)

Tabela 4: Principais indicadores – GPEs  
2024

Grupos de Pesquisa e Extensão - GPEs (2024)	10
Pesquisadores membros dos GPEs (2024)	114

Os GPEs têm como objetivo levantar dificuldades relacionadas a questões próprias do Poder Legislativo e, em consequência, propor soluções e novos horizontes em um processo de análise e organização dos conhecimentos inerentes à função legislativa.

Para tanto, o Programa estabelece regras e estratégias no sentido de estimular a participação de alunos, egressos, docentes, servidores em geral e pesquisadores de outras instituições em pesquisas relacionadas aos assuntos próprios do Poder Legislativo. Em consonância com o programa de Mestrado, as pesquisas são aderentes às seguintes linhas: a) Gestão Pública Legislativa; b) Processos Políticos do Poder Legislativo e c) Política Institucional do Poder Legislativo.

Os GPEs passaram por processo de reestruturação no acompanhamento de suas atividades, visando maior eficiência organizacional e otimização da produtividade. Nesse sentido, os grupos foram institucionalizados por meio de credenciamento no Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq e classificação na categoria "permanente". São credenciados os GPEs ativos cuja coordenação estiver a cargo de servidor Doutor e cuja produção for comprovada por publicação científica.

O Sistema GPE, que contém informações sobre os integrantes, linhas de pesquisa, relatórios e prazos de cada grupo ativo, vem sendo gradativamente substituído por sistema na linguagem R que lê as informações dos grupos diretamente do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (DGP-CNPq).

Ao final de 2024, havia 10 GPEs ativos, com 114 pesquisadores entre servidores da Câmara dos Deputados e membros externos. As pesquisas realizadas no âmbito dos GPEs abarcam temas como parlamento digital, gênero, representação e participação política, políticas de saúde, análise de discurso, gestão de pessoas e ciência de dados.

Abaixo, a relação de GPEs ativos no Programa:

- Ciência de Dados Aplicada ao Estudo do Poder Legislativo: abordagem computacional e métodos de análise. Coordenação: Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9712095383739020>).
- Parlamento e sociedade: representação política, participação e controle social. Coordenação: Prof. Dr. Antonio Teixeira de Barros. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4854827803749216>).
- Estratégias de construção de vínculo e identidade política dos atores políticos brasileiros. Coordenação: Prof. Dr. Cristiane Brum Bernardes. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9835559732655060>).
- Informação política: interfaces contemporâneas. Coordenação: Prof. Dr. Thiago Gomes Eirão e Profª. Drª. Terezinha Elisabeth da Silva. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4452777451319667>).



- O Legislativo e a Política de Saúde no Brasil. Coordenação: Prof. Dr. Fabio de Barros Correia Gomes. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9741799695481463>).
- O Poder do Espaço: variáveis espaciais em Casas Legislativas. Coordenação: Prof. Dr. Valério Augusto Soares de Medeiros. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/588906>).
- Afetos e Política: o lugar dos afetos e dos desejos na ação política e no funcionamento das instituições políticas. Coordenação: Dr. Mauricio Suhett Spinola. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/607351>).
- Gênero e Representação Política. Coordenação: Prof. Dr. Giovana Dal Bianco Perlin. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/607166>).
- Comunicação na Câmara dos Deputados: perspectivas após 20 anos de mídias. Coordenação: Prof. Dr. Cláudia Regina Fonseca Lemos (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1980519706474298>).
- Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados (GPE-Conle). Coordenação: Prof. Dr. Ricardo Chaves de Rezende Martins e Prof. Dr. Fabio de Barros Correia Gomes. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/768240>).

## EXTENSÃO

A extensão objetiva impactar positivamente a sociedade e consiste na difusão dos resultados das ações de ensino e pesquisa gerados no Programa. Realiza-se pela edição de publicações como forma de estímulo à difusão do conhecimento legislativo, oportunidades de educação legislativa e eventos de disseminação científica para a comunidade interessada.

Por ser um Programa voltado para o estudo do Poder Legislativo, o conhecimento produzido está diretamente vinculado às ações de extensão, seja por meio de repercussões das pesquisas realizadas, ou pela participação ativa de docentes, discentes e pesquisadores na atividade política, administração das casas legislativas, gabinetes parlamentares, consultorias legislativas, imprensa, sociedade civil organizada, dentre outros. Também o acesso facilitado a veículos como Rádio e TV Câmara contribui para a inserção dos docentes e discentes junto à mídia nacional, com possibilidade de publicação de artigos de opinião em veículos específicos.

Visando à divulgação dos trabalhos produzidos no Programa de Pós-Graduação, em ação conjunta com o Centro de Documentação e Informação (Cedi) da Câmara dos Deputados, todos os arquivos de monografias, dissertações e teses dos alunos que completam os cursos são depositados na Biblioteca Digital (<https://bd.camara.leg.br/bd/>). Os textos são publicados segundo as normas de direito autoral e em conformidade com os padrões de apresentação de trabalhos científicos, formando o banco de trabalhos de conclusão dos cursos do Programa de Pós-Graduação.

O Cefor utiliza a licença Creative Commons (CC) na modalidade “5: Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma Licença (by-nc-sa)” nos conteúdos disponibilizados no âmbito de atuação do Centro. A partir da adoção dessa licença, é concedida permissão para que terceiros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre a obra original, desde que com fins não comerciais e contanto que atribuam crédito ao autor, bem como licenciem as novas criações sob os mesmos parâmetros. Dessa forma, além de proporcionar gerenciamento ágil e flexível de direitos autorais do material educacional produzido no Cefor, atua-se na democratização do conhecimento e na difusão da atividade do Legislativo, de maneira a contribuir para a valorização da democracia.



Tabela 5: Principais indicadores – E-Legis  
2008 – 2024

Edições da Revista E-Legis (2008-2024)	46
Artigos publicados na Revista E-Legis (2008-2024)	412

Quanto às publicações, destaca-se a Revista eletrônica E-Legis (ISSN: 2175-0688), publicada desde 2008, em que são divulgados resultados de pesquisa voltados para temas relevantes sobre o Legislativo. A revista é aberta para submissões de trabalhos de autores interessados nas questões do Poder Legislativo, abrindo espaço para artigos e relatos de experiências produzidos por alunos, professores e pesquisadores vinculados aos cursos e aos grupos de pesquisa e extensão da Câmara dos Deputados.

Os objetivos da E-Legis compreendem o estímulo à circulação de ideias e incentivo ao debate de temas ligados às linhas temáticas do Programa, a contribuição para o enriquecimento do processo de produção e a disseminação de conhecimento próprio do Poder Legislativo, tornando-se um dos veículos privilegiados de divulgação de estudos e pesquisas realizados na área.

A E-Legis foi publicada quadrimestralmente até 2022 e, desde 2023, tem publicação semestral. Oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização do conhecimento.

No sistema de avaliação adotado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), denominado Qualis, a Revista E-Legis é classificada no estrato A4 na área de Ciência Política e Relações Internacionais, integrando o estrato mais elevado dos periódicos científicos. Essa qualificação reforça a relevância da Revista e gera a perspectiva de ampliar seu reconhecimento pela comunidade científica.

A E-Legis está indexada nas seguintes bases de dados: Latindex (*Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*); BIBLAT (*Bibliografía Latinoamericana*); Diadorim (Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras); Miguilim (Diretório das Revistas Científicas Eletrônicas Brasileiras); Portal de Periódicos da Capes; OASISBR (Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto); e Clase (*Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades*). Está em processo de aceitação nas bases de dados Redalyc (*Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*) e Doaj (*Directory of Open Access Journals*). Também vem empreendendo ações visando sua indexação na base de dados Scielo (*Scientific Electronic Library Online*).

Diante do crescimento e da consolidação da revista E-Legis, e visando alcançar maior internacionalização e visibilidade, está disponível a publicação de versões trilingues (português, inglês e espanhol), incluindo os volumes publicados a partir de 2017. Além disso, possui o DOI (*Digital Object Identifier*) para todos os artigos já publicados pela revista, impulsionando o processo de indexação nas principais bases de pesquisa internacionais, ao permitir o acesso e a disponibilidade desses artigos nos meios digitais. Ressalta-se que a E-Legis é a única revista brasileira com foco no Poder Legislativo, tornando-se um locus de diálogo entre pesquisadores e sociedade em âmbito nacional e internacional.

A Revista eletrônica E-Legis alcançou seu 41º número regular, que somado a cinco edições especiais, totaliza 46 edições da revista.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



## EVENTOS

Tabela 6: Principais indicadores - eventos  
2024

Eventos realizados pelo Programa (2024)	13
Público estimado (2024)	1.504

- **Ciclo de Palestras e Debates** – atividades periódicas com objetivo de levar a alunos, professores e público do Cefor informações relativas às diferentes temáticas do Poder Legislativo. Além de ampliar o escopo de conhecimento, as palestras também incentivam a pesquisa e o pensamento crítico ao divulgar estudos e possibilidades de atuação diversas das tratadas em sala de aula. Em 2024, foram promovidas três palestras em formato presencial com transmissão online, contando com 107 presentes mais cerca de 900 visualizações do público remoto. Na aula inaugural do ano letivo de 2024, o Professor Dr. Adriano Codato apresentou pistas para entender as lacunas da legitimidade democrática, destacando a relação entre a cultura política dos cidadãos, as instituições políticas - em especial o sistema eleitoral e o poder legislativo - e a qualidade das elites políticas nacionais. Total 62 participantes mais mais cerca de 700 visualizações do público remoto.
- **Aulas Abertas** – evento em formato de palestra, geralmente aberto à participação da sociedade em geral. Integrou a disciplina “Estudos Avançados em Direito e Parlamento”, do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, com o objetivo de “discutir categorias correntes do pensamento e da prática jurídicas afeitas ou com influência no parlamento e na atividade legislativa”. Como palestrantes, foram convidados secretários de Estado, professores eminentes e autores de referência em suas áreas. Em 2024, foram realizadas cinco aulas, sendo que três ficaram restritas aos alunos inscritos na disciplina e apenas duas foram efetivamente abertas ao público, com transmissão on line e disponíveis no canal do Youtube. Participantes nas 2 aulas abertas ao público: 66 pessoas mais cerca de 400 visualizações remotas.
- **Ciclo de Oficinas** – novos olhares a partir de diferentes práticas. Cursos para aprimoramento dos trabalhos de pesquisa de alunos do Mestrado Profissional em Poder Legislativo. Foram realizadas cinco oficinas presenciais durante o ano de 2024, com o total de 31 participantes. Embora voltadas para os alunos do Mestrado, tiveram as inscrições abertas ao público. Os temas foram: preenchimento do Currículo Lattes; fontes de Informação: identificação e representação; e LaTeX para Overleaf.

O Programa buscou promover acessibilidade e diversificar as formas de visibilidade das ações desenvolvidas. Desde o início da pandemia da Covid-19, os eventos ganharam a plataforma online, possibilitando o acesso ao vivo e a gravação no canal do Youtube do Cefor (<https://www.youtube.com/EscoladaCamara>). Todos os vídeos relacionados a eventos do Programa, como Jornadas de Pesquisa e Extensão, Ciclo de Palestras e Ampliar, foram compilados em uma única playlist. Em paralelo, parceria estabelecida entre o Cefor e o Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados tem resultado na transcrição de palestras, facilitando assim o acesso ao conteúdo e mantendo o registro dos eventos em diferentes formatos.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



# PARECER DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

**Assunto:** Avaliação do relatório 2024 e recomendações - reunião do dia 1/10/2025

## 1. Contextualização e histórico da oferta de especializações

- O Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor), no âmbito de sua missão institucional de promover a formação e o aperfeiçoamento dos servidores e da sociedade em temas relacionados ao Poder Legislativo, desenvolveu, ao longo das últimas duas décadas, um conjunto expressivo de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Esses cursos configuraram-se como uma das principais frentes de consolidação da política de educação superior na Câmara dos Deputados, articulando-se à missão de fortalecimento institucional e disseminação do conhecimento legislativo.
- O modelo inicial, inaugurado com a criação da Especialização em Processo Legislativo e da Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, tinha caráter presencial e formativo, voltado prioritariamente à capacitação dos servidores da Casa e de órgãos parceiros. Essa fase, marcada por turmas regulares e intensa interação docente-discente, cumpriu papel fundamental na construção de uma cultura de formação continuada voltada à profissionalização da administração legislativa. O relatório institucional de 2024 confirma que essa etapa foi responsável por consolidar a imagem do Cefor como referência nacional em formação legislativa, tendo formado centenas de especialistas e fortalecido os vínculos entre ensino e prática legislativa.
- A partir de 2018, o Cefor ingressou em uma segunda fase, caracterizada pela diversificação de formatos e ampliação de parcerias institucionais. Essa nova etapa foi marcada por experiências de oferta conjunta com instituições parceiras e por iniciativas que buscaram integrar os conteúdos das especializações a projetos de pesquisa e extensão do Mestrado Profissional em Poder Legislativo (MPPL). O relatório de 2024 destaca que essa reconfiguração atendeu a um duplo propósito: ampliar o alcance das formações e promover maior aderência às diretrizes de inovação pedagógica e digitalização do ensino. Essa fase também evidenciou o desafio de conciliar a natureza institucional dos cursos com a evolução das políticas públicas de pós-graduação e com o perfil diversificado do público-alvo.

## 2. Diagnóstico do modelo vigente

- O modelo atual, conforme descrito nas versões mais recentes dos projetos pedagógicos e propostas de especialização, apresenta resultados consistentes quanto à qualidade acadêmica e à relevância institucional. Entretanto, o processo de autoavaliação conduzido pela CPA e os dados do relatório de 2024 indicam que o formato tradicional de cursos regulares e pontuais com no mínimo 360 horas, estruturados em módulos sequenciais e com turmas fechadas, encontra-se em fase de exaustão institucional e pedagógica.

Diversos fatores contribuem para essa constatação:

- A crescente demanda por flexibilidade e personalização da aprendizagem, especialmente no contexto pós-pandemia;
- A sazonalidade das ofertas, que limita a continuidade das atividades docentes e a articulação entre as linhas temáticas;





- A necessidade de otimização de recursos humanos e orçamentários, considerando o caráter transversal das ações de formação do Cefor;
- E o amadurecimento do ecossistema educacional da Casa, que já dispõe de infraestrutura e repositórios de cursos de extensão com alto nível de especialização temática.

Esses elementos sugerem que o modelo vigente cumpriu plenamente seu papel histórico e institucional, tendo alcançado maturidade e legitimidade suficientes para subsidiar uma transição para um novo paradigma de formação continuada.

### **3. Recomendações da CPA: transição para um modelo de oferta contínua**

Diante do cenário identificado, a Comissão Própria de Avaliação considera oportuno e recomendável que o Cefor evolua para um modelo de oferta contínua de especialização, ancorado em um sistema modular e creditado de cursos de extensão. Considerando as exigências da Resolução CNE/CES n.1/2018 e demais normas aplicáveis, esse modelo permitiria ao participante acumular certificados de cursos de curta duração, de modo que, ao completar 360 horas, pudesse requerer o título de especialista, desde que atendidos os critérios de coerência temática e avaliação integradora final.

Tal arranjo, além de favorecer a flexibilidade e a atualização permanente dos conteúdos, asseguraria:

- A manutenção do rigor acadêmico e da equivalência de carga horária com as especializações tradicionais;
- A valorização das ações de extensão e pesquisa aplicada, ampliando o impacto institucional;
- A integração vertical entre os níveis de formação do Cefor, aproximando a especialização à capacitação qualificada de servidores para atuar de forma eficiente no processo legislativo, orçamentário e de ética e decoro;
- E a aderência às diretrizes do Conselho Nacional de Educação e às práticas emergentes de certificação por trilhas de aprendizagem.

Essa proposta alinha-se, ademais, à vocação do Cefor para o ensino orientado à prática legislativa, promovendo a atualização contínua de servidores e parceiros institucionais, sem a rigidez dos cronogramas semestrais. O relatório de 2024 evidencia que o corpo docente e técnico já dispõe da experiência necessária para implementar um modelo baseado em eixos temáticos e ciclos permanentes de oferta.

### **4. Conclusão**

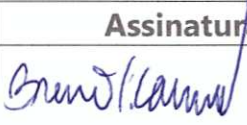


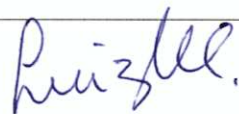
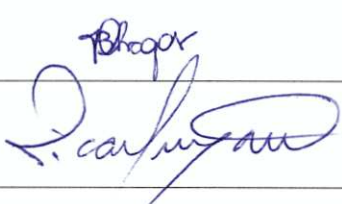
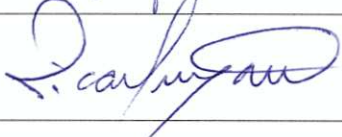
A Comissão Própria de Avaliação conclui que o modelo atual de especializações do Cefor já cumpriu sua função estratégica no processo de institucionalização da educação superior na Câmara dos Deputados. Após um ciclo de consolidação presencial e uma fase intermediária de parcerias e inovações pedagógicas, o momento atual é propício para a implantação de um modelo contínuo, flexível e modular, capaz de garantir perenidade, atualidade e integração entre ensino, pesquisa e extensão.



Recomenda-se, portanto, que a Direção do Cefor e a Coordenação de Pós-Graduação elaborem um plano de transição, definindo critérios para:

- Creditação dos cursos de extensão existentes e futuros;
- Organização de trilhas formativas temáticas;
- Estabelecimento de diretrizes de avaliação e certificação integradora;
- E mecanismos de acompanhamento e autoavaliação pela CPA.

A adoção desse modelo consolidará o Cefor como referência nacional em formação legislativa inovadora, combinando excelência acadêmica, flexibilidade metodológica e compromisso institucional com a profissionalização do Poder Legislativo.

Membro	Assinatura	Segmento
Bruno Pereira Carneiro (titular)		Corpo diretivo
Paulo Henrique Silva (suplente)	ausente	
Mauro Moura Severino (titular)		Corpo docente
Ana Regina Villar Peres Amaral (suplente)	ausente	
Carlos Constantino Moreira Nassur (titular)		Corpo discente
Carlos Renato dos Santos Ramos (suplente)	ausente	
Luiz Mário Ribeiro Silva (titular)		Egressos
Kelly Viviane da Silva (suplente)	ausente	
Thaynara Bandeira Chagas (titular)		Corpo técnico-administrativo
Ricardo Senna Guimarães (suplente)		
Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt (titular)	ausente	Sociedade civil
Messias de Oliveira Queiroz (suplente)	ausente	

